

Daniel
18 cópias
9a

Sonia A. Siqueira
Prof.^a Adjunta de História Ibérica
da Universidade de S. Paulo.

A INQUISIÇÃO PORTUGUESA E A SOCIEDADE COLONIAL

SBD-FFLCH-USP



221270

São Paulo, Editora Ática, 1978.

981.03
S.577i
e.2

CAPA (layout): Ary Almeida Normanha
DIAGRAMAÇÃO: Elaine Regina de Oliveira
SUPERVISÃO GRÁFICA: Ademir C. Schneider

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

S632i Siqueira, Sonia Aparecida de.
A inquisição portuguesa e a sociedade colonial / Sonia
A. de Siqueira. — São Paulo : Ática, 1978.
(Ensaio ; 56)

Bibliografia.

1. Brasil — Condições sociais — Período colonial
 2. Brasil — História — Período colonial
 3. Inquisição.
- Brasil I. Título.

CDD—272.20981
—309.181021
—981.021

78-0515

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Inquisição : Perseguições religiosas 272.20981
2. Brasil-colônia : Condições sociais 309.181021
3. Brasil-colônia : História 981.021
4. Brasil : Período colonial : História 981.021

*Todos os direitos reservados pela Editora Ática S.A.
R. Barão de Iguape, 110 — Tel.: PBX 278-9322 (50 Ramais)
C. Postal 8656 — End. Telegráfico "Bomlivro" — S. Paulo*

CONSELHO EDITORIAL

ALFREDO BOSI, *da Universidade de São Paulo.*
AZIS SIMÃO, *da Universidade de São Paulo.*
DUGLAS TEIXEIRA MONTEIRO, *da Universidade de São Paulo.*
FLÁVIO VESPASIANO DI GIORGI, *da Pontifícia Universidade Católica.*
HAQUIRA OSAKABE, *da Universidade de Campinas.*
RODOLFO ILARI, *da Universidade de Campinas.*
RUY GALVÃO DE ANDRADA COELHO, *da Universidade de São Paulo.*

Coordenador: José Adolfo de Granville Ponce

DEDALUS - Acervo - FFLCH-FIL



21000048348

Para meu mestre, Prof. Eduardo D'Oliveira França

B. COLONIZADORES, COLONIZADOS E ATTITUDES RELIGIOSAS

1. Demografia e Religião

Elementar para a recomposição histórica de uma sociedade, a fixação do número de seres que viveram em determinada época dentro de certos marcos geográficos.

Marcos geográficos: a região ocupada no tempo pelas capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Bahia, Ilhéus e Porto Seguro, individualizadas do ponto de vista administrativo, constituindo, no entanto, uma unidade relativamente homogênea do ponto de vista histórico. Tal unidade, definida em torno da organização econômica do século XVI, transparece nas atitudes dos homens, nas suas crenças, nas suas idéias sobre o trabalho, conforto, posse da terra, na vida cotidiana, nas festas, na alimentação.

Dois núcleos humanos polarizavam a vida dessa região: a cidade de Salvador, da Bahia de Todos os Santos, fundada em 1549 e a Vila de Olinda, fundada em 1537.¹

A cidade do Salvador teve em Gabriel Soares o seu biógrafo²: depois de relatar o quadro geográfico, a fundação da cidade, descreve-a, falando do arruamento “por boa ordem com as casas cobertas de palma ao modo do gentio”, dos “muros de taipa grossa, com dois baluartes ao longo do mar e quatro da banda da terra”, da fundação de “um colégio dos padres da Companhia e outras igrejas e grandes casas, para viverem os governadores, casas da

¹ Sobre as cidades do Brasil-colônia, ver principalmente, MOURÃO, João Martins Coelho. *Os Municípios; Sua Importância Política no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, 1916. 1.º Congresso de História Nacional do IHGB. p. 299, 3.ª parte. AZEVEDO, Aroldo de. “Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva.” *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1956. n.º 208, Geografia n.º 11.

² “Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem”. In: *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 4.ª ed. São Paulo, Ed. Francisco Adolfo Varnhagen, 1971. p. 127-352.



Câmara, Cadeia, Alfândega, contos, fazendas, armazéns e outras oficinas convenientes ao serviço de S.A.". "Na sua parte central ficava a praça onde se erguiam os principais edifícios públicos e as mais importantes ruas comerciais; a Sé, o Colégio, as casas residenciais, os desembarcadouros próximos de três fontes em as quais os mareantes fazem sua aguada bem à borda do mar", a zona rural ocupada pelas roças onde se cultivavam "muitos mantimentos, quintas e hortaliças".

Salvador era no fim do século XVI um burgo estreitamente ligado ao Recôncavo,¹ em torno do qual girava a vida dos moradores de Oentum, Matoim, Jacaracanga, Iapassê, Tasuapina, Tamararia, Itaparica, Sergipe do Conde, Paraguaçu, Jaguaripe, e Sergipe de São Cristovão.

A vila de Olinda, edificou-a Duarte Coelho "em um alto livre de padraços da melhor maneira que foi possível, onde fez uma torre de pedra e cal que ainda agora está na praça da vila" relata Gabriel Soares em fim do século XVI.² Dentro dela "habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda a sorte, em tanta quantidade que semelha outra Lisboa pequena. A barra do seu porto é excelentíssima, guardada de duas fortalezas bem providas de artilharia e soldados que as defendem; os navios estão surtos da banda de dentro seguríssimos de qualquer tempo que se levante, posto que muito furioso, porque tem para sua defesa grandíssimos arrecifes onde o mar quebra" informam os *Diálogos das Grandezas do Brasil* no início do século XVII.³ Olinda galvanizava a vida dos habitantes de Igarapé, Itamaracá e Paraíba. Sobre Itamaracá registra o Livro da Razão: "Esta capitania tem tanta vizinhança com Pernambuco que mais parece aldeia sua, que vila ou jurisdição à parte, e assim sempre as cousas desta povoação em barcos se levaram ao Recife e ali se carregaram para o Reino..."⁴

¹ Etimologicamente Recôncavo = terras em torno de uma baía. Contém, para Milton Santos mais um conceito histórico que uma realidade geográfica. "Villes et régions dans un pays sous développé: l'exemple du Reconcavo da Bahia." *Annales de Géographie*. Paris, 1967. p. 678.

² "Roteiro Geral da Costa Brasileira." In: *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. cap. XVI, p. 58.

³ "Primeiro Diálogo". *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Bahia. Ed. Livraria Progresso, 1956. p. 61-62.

⁴ MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*. Recife. Ed. Helio Viana, 1955. p. 194.

Os fatores demográficos influíram direta ou indiretamente na vida religiosa da Colônia, quer no campo das práticas litúrgicas ou da moral religiosa, quer no da conservação da fé.

Basicamente a população do fim do século XVI e início do XVII dividia-se entre residentes e estantes.

Grande parte dos residentes estava ainda marcada pelo caráter de transitoriedade, pois tinha vindo atrás de um ideal: enriquecer. O mito do Lago Dourado e do Rio de Ouro são expressões da identificação Brasil-Riqueza de que partilharam também as autoridades reinóis.¹ A obsessão de melhorar o nível da vida — do indivíduo ou da família que à espera ficara no Reino — marcava psicologicamente os emigrantes, impelindo-os a determinados comportamentos que discrepavam da moral religiosa. A atenuação dos escrúpulos imperava no meio pioneiro. De maneira geral aderiram as consciências à doutrina do *Ultra equinoxialem non peccatur*, aqui ensinado e praticado inclusive por eclesiásticos, como o cônego Bartolomeu de Vasconcelos que fez queimar autos incriminadores de Gaspar Rodrigues² ou frei Damião da Fonseca que, tirando o hábito, saía à noite para aventuras amorosas por Olinda.³

Abalados os mitos dos metais e pedras preciosas, a população gradativamente passava a buscar riquezas na fonte possível: produção e comércio. A este estava basicamente ligada a população estante, que aqui passava parte de sua vida. E quem fala em comércio no tempo, fala em espírito capitalista, fala na gradativa substituição dos padrões costumeiros de consumo pelo acúmulo de capitais para a produção frutuosa, fala em padrões de conduta social originados dos óbvios interesses dos grupos comerciais. Voltava à tona o problema dos empréstimos a juros, "prática astuciosa e proibida". Instalava-se a agiotagem: sem justificá-la teoricamente, defendiam-na os interessados na prática. E acostumavam-se todos com a presença dos onzeneiros, como João Nunes a quem Lourenço Teixeira, seu criado, rotulava de "roubador das fazendas dos homens".⁴ A tendência a aplicar padrões econômicos às relações sociais difundia-se gradativamente. E gradativamente iam-se separando os interesses econômicos dos éticos, em oposição à tradição religiosa. Mais rapida-

¹ CORTESÃO, Jaime. "O Mito do rio de Ouro," In: *Introdução à História das Bandeiras*. Lisboa, 1964. t. II, p. 213.

² "Confissões da Bahia, (1591)," p. 53-54.

³ INQUISIÇÃO DE LISBOA, ANTT, proc. n.º 5 206.

⁴ *Id.*, proc. n.º 1 491.

mente na Colônia ia-se estendendo a ponte entre “a antiquada denúncia da cobiça descaridosa e o moderno aplauso à empresa econômica” de que fala Tawney.¹

Apesar de permanecerem religiosos, os povoadores sentiam com mais intensidade que deviam harmonizar dois domínios incompatíveis e heterogêneos da experiência: precisavam manter relações com o sagrado e com o profano.

Ademais, as constantes viagens atlânticas favoreciam o contacto com outros povos para quem “a ordem do universo era obra de Deus, e seu plano requer que o indivíduo trabalhe para a glória de Deus”. Havia para o homem uma vocação temporal e espiritual. Dever do cristão era trabalhar nos afazeres da vida prática: cumprir conscienciosamente os deveres comerciais também.²

Muitos são os casos de abordagem das naus protestantes, e de aprisionamento de seus tripulantes que, conduzidos para suas terras, apreendiam tais idéias. Isto era muito mais solapador das convicções do que a simples assistência a rituais das igrejas separadas de que muitos se confessaram depois à Inquisição, como Baltazar André que contou ter sido preso pelos ingleses luteranos quando c. 1589 ia da Bahia para o Porto na nau de Antonio de Freitas Portales. Levado para Southampton, assistira naquela cidade e no mar às “orações luteranas feitas pelos navegantes assentados, desbarretados, em língua inglesa”. Na cidade, freqüentara o templo protestante por seis ou sete vezes, notando inexistirem nele “retábulo, nem imagem de Deus nem de Santo nem Cruz, somente nele está, no meio do chão, sobre um pau, uma ave como corvo feita de metal e tem também um púlpito onde pregam por um livro mais uns bancos cobertos de panos finos roxos”.³ As práticas religiosas diferentes tinham sido notadas. Conscientemente pelo menos, não devem ter sido anotadas idéias e crenças referentes ao lucro, às virtudes econômicas aceitas pelos ingleses protestantes.

Os nascidos no Brasil achavam-se já instalados num meio que se definia como utilitário e mais plástico em relação aos modelos metropolitanos. Conheciam já uma religião mais branda, que fazia menor número de exigências.

¹ TAWNEY, R.H. *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*. São Paulo, 1971. Trad. p. 233.

² *Id.*, *ibid.*, p. 227-28.

³ INQUISIÇÃO DE LISBOA, ANTT, proc. n.º 7953. Pernambuco, 1595.

Os mestiços, procurando embora copiar o comportamento dos brancos, absorviam pouco de seus padrões religiosos. Prova-o o pequeno número de confitentes e denunciantes que compareceu diante da Mesa inquisitorial na Bahia e em Pernambuco. Depois, o freqüente contacto com os ancestrais de cor induzia a sincretismos de prática e crenças.

Pesava ainda bem forte nos mestiços a atração dos costumes ancestrais. Gaspar Gonçalves, mameluco, c. 1585 fugira de sua casa em Ilhéus com uma negra manceba para viver no sertão onde permanecera vivendo como gentio. Depois fora para Boipeba e ali alvorotara os escravos cristãos para os levar para o mato.¹

Era fama pública — contou-se ao Visitador em 1591² — que dois irmãos mamelucos moradores na Cachoeira do Peroaçu tinham mais de uma mulher e assim o consentiam fazer a seus escravos. Consentiam que se matasse em terreiro e outras cousas semelhantes, próprias dos selvagens pagãos.³

Lázaro Aranha proclamava que havia vários deuses: o dos cristãos e o do gentio, além daquele dos mouros.⁴

O hibridismo da crença dos mamelucos permitiu a sobrevivência de muitos valores espirituais nativos e cá e lá gerou desvios grosseiros da religião católica. Desvios que causaram um relativo espanto e acionaram uma tênue repressão por parte do clero e, posteriormente, pelo Santo Ofício.

Havia o problema da religião esclarecida. Embora fosse menor o número de mulheres vindas do Reino, e fossem elas melhores guardiãs da religiosidade, por sua própria condição feminina, seu menor grau de instrução, acabaram conservando uma religião mais feita de exterioridades do que de consciência. De outro lado, eram mais submissas ao clero local que, na maior parte das vezes, ressentia-se da formação doutrinária ou de escrúpulos morais como frei Honório, envolto num rumoroso caso com Felipa Raposa.⁵ Para a mulher há de se levar em conta, ainda, a convivência do casamento. O enlace com cristãos-novos podia significar aceitação das práticas judaicas, ou pelo menos contacto com o Judaísmo, como aconteceu à citada Felipa Raposa, obrigada por seu marido,

¹ “Denúncias da Bahia (1591)”. p. 363.

² *Id.* p. 349.

³ *Id.*

⁴ INQUISIÇÃO DE LISBOA, ANTT, proc. n.º 12927.

⁵ *Id.*, proc. n.º 5206.

Bento Teixeira, às cerimônias da guarda do sábado.¹ O número maior de mulheres na sociedade, a grande facilidade amorosa reinante, acabaram por abalar a crença no sexto e nono mandamentos.

A todos esses motivos de corrosão moral cristã e de atenuação do sentimento religioso somam-se a presença dos degredados e a procedência geográfica da maioria dos moradores das capitânias.

A Inquisição Portuguesa degredava para o Brasil, como o fazia a Coroa. Pessoas que já tinham um passado pouco recomendável quer do aspecto das crenças, quer do comportamento ético-religioso, como o Pe. Frutuoso Alvares, degredado por sodomítico.² Ou como Catarina Fernandes, que veio cumprir pena de cinco anos na Bahia pela morte de um homem.³ Ou ainda, como as ciganas Maria Fernandes que pelo furto de burros veio do Reino,⁴ e Apolonia Bustamante também degredada por furto.⁵ Ou Joana Afonso, crioula de São Tomé, degredada por adultério.⁶

No Brasil, o meio propiciava recaída nas faltas. Assim o Pe. Frutuoso Alvares tornou a cometer o nefando com uns vinte moços mais ou menos.⁷ Sebastião d'Elvas foi degredado para o Brasil por furtos, e furtou novamente aqui.⁸

Os degredados do Santo Ofício vinham aumentar o número das pessoas de fé oscilante. Aumentavam o número dos criptojuudeus como Branca Dias, seu marido e filhas. Catarina Rodrigues, por bigamia, foi condenada pelo Santo Ofício lisboeta aos 14 de janeiro de 1623 a três anos de degredo para o Brasil.⁹ Esse duplo casamento não conteria no fundo dúvidas sobre o sacramento do matrimônio?

Segundo Rocha Pombo, na segunda metade do século XVII trezentas pessoas de ambos os sexos teriam sido degredadas para cá, pela Inquisição Portuguesa.¹⁰

A presença de tais pessoas, positivamente, concorria para debilitar ainda mais a ortodoxia católica da Colônia já erigida em

¹ *Ibid.*

² "Confissões da Bahia. (1591)". p. 20-22.

³ *Id.* p. 35.

⁴ *Id.* p. 57.

⁵ *Id.* p. 127.

⁶ "Denúncias de Pernambuco". p. 392.

⁷ "Confissões da Bahia. (1591)". p. 20.

⁸ "Carta de Duarte da Costa a D. João III". 3/4/1555. CARTAS DOS PRIMEIROS JESUÍTAS. t. II, p. 221.

⁹ NOTÍCIAS SOBRE AUTOS-DE-FÉ. ANTT, E. 144 P.2 fol. 103.

¹⁰ *História do Brasil*. t. V, p. 659.

bases pouco-sólidas, mercê da procedência geográfica da maioria de seus moradores brancos.

Na realidade, nas capitânias da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Itamaracá encontra-se uma nítida predominância de elementos saídos das comarcas de Entre-Douro-e-Minho, Beira, Algarve, e delas, de regiões bem afastadas das sedes dos bispados, regiões geralmente ainda não atingidas pelas reformas tridentinas, ou onde as referidas reformas não tinham tido tempo de modificar as mentalidades e estabelecer um equilíbrio entre fé e vida. Estas pessoas sofreriam o impacto do oceano e da sociedade afrouxada de seus rigores ortodoxos. Isto pesou, e muito, na configuração religiosa da Colônia.

2. Estruturas Sociais e Religião

A colonização do Brasil, marcada pelo caráter empresarial, foi também um processo de europeização da terra. Os agentes desse processo — os burgueses — eram em sua grande maioria cristãos-novos. E entre os cristãos-novos alinhavam-se coesos os criptojuudeus.

D. Manuel, em 1521, batizando os judeus criara em Portugal o cristão-novo. Este continuou contando com a mesma irritação com que a coletividade brindava aos hebreus. Diferiam estes religiosa, psicológica e socialmente do grupo cristão que os abrigava.

A partir de Cristo tornara-se impossível coexistirem indiferentemente, do ponto de vista doutrinário, os adeptos da Velha e da Nova Lei. O Judaísmo era ameaça à integridade da ortodoxia cristã porque oferecia solução diferente aos problemas básicos do Catolicismo.

O judeu deixava transparecer nitidamente sua crença. Expressá-la através da vida cotidiana era indispensável para sua integração religiosa. O filho de Israel devia fazer de cada ato, de cada gesto, uma *miçwah*, i.e., um cumprimento da Lei. Isto implicava na observância dos preceitos que tinham sua fonte na *Torah* escrita, ou na tradição, e visavam a afastar todos os perigos das transgressões.¹ O ideal religioso do Judaísmo incluía a penetração íntima entre a crença e a vida de todos os dias: daí a santificação das habitações, as leis alimentares com suas interdições, os ritos de purificação do

¹ Desde o começo da tradição rabínica foi estabelecida uma lista clássica de preceitos, em número de 613: 248 positivos e 365 negativos. DÉMAN, Paul. *Os Judeus, Fé e Destino*. São Paulo, 1962. p. 64. Trad.

corpo ou dos objetos, o luto com suas abluções, recitação de versículos, prantos e culto em memória dos falecidos.

Na exteriorização de sua fé reafirmavam-se os judeus a cada dia, acentuando sua diferença da generalidade cristã, individualizando-se coletivamente.

Definitiva a influência da religião na estrutura psicológica da personalidade.¹ A crença mosaica orientava seus adeptos para certas metas. A imprescindibilidade do conhecimento da religião e da sua vivência acabavam por imprimir a toda a coletividade uma determinada estrutura mental, uma certa cosmovisão, que lhe ditavam específico comportamento na sociedade. Atitudes individuais ou coletivas que ofereciam, ao contacto com os cristãos, arestas de impossível polimento.

Desprezavam os hebreus as leis e crenças alheias à sua raça, compenetrados da idéia de superioridade individual e grupal, o que ofendia e irritava os cristãos.

No esforço de ser religioso o judeu era levado por um dinamismo para o conhecimento de Deus — pela busca e investigação — e o cristão a certa passividade e aceitação do ensino da Igreja. Logo, porém, convencido da necessidade de preparar sua vida transcendental, e da sua responsabilidade de membro atuante da Igreja, lançava-se o católico num ativismo missionário intra e extrafronteiras. Proselitismo que visou também o judeu.

Aos judeus, marcavam um certo individualismo e uma porção de auto-suficiência, possivelmente originados na consciência de possuir um mundo próprio, um parentesco espiritual unificador: a Verdade. Características que não podiam se harmonizar com os ensinamentos da Igreja Cristã que procurava desenvolver em seus filhos o senso da catolicidade, despi-los da auto-suficiência e integrá-los na Cristandade.

Das esperanças de Israel, a espera do reino de Deus levava os judeus a buscarem assenhorear-se do mundo para si próprios, o que devia ditar um certo tipo de comportamento comunitário e associativo hebraico em todos os campos da atividade humana — econômico, profissional, científico, administrativo ou cultural — onde se respeitava o indivíduo, mas se exercia o amparo mútuo dentro da grei.

Da valentia de permanecer fiéis a si próprios derivavam a conservação da individualidade e a imperiosa necessidade de luta

¹ V. a respeito: JUNG, C. G. *Psicologia e Religião*. Rio de Janeiro, 1965. Trad.

espiritual para a perpetuação. Por isso erigiram barreiras que impediram a assimilação. O cristão, por sua vez, era treinado para fundir-se na coletividade, para submeter-se à hierarquia, para lutar pelo grupo, não por si mesmo apenas. Acabava por isso com a mentalidade diversa dos judeus.

O otimismo ético contido na essência do Judaísmo convertia-se numa exigência de heroísmo humano, numa vontade moral de lutar. O pessimismo do cristão, cômico de seu pecado genético e da maldade intrínseca à sua natureza — que se externava em faltas cotidianamente renovadas — impulsionavam-no também à luta pelo espírito. Faziam-no desejar a santidade ou modestamente lutar para garantir a vida eterna.

O hebreu era essencialmente um homem prático: aos seus ideais deste mundo deviam se subordinar os do outro, portanto seu afã, sua ambição, era viver esta vida. Tendia a ser um homem materializado. Teoricamente pelo menos, o adepto de Cristo era um homem espiritualizado em maior ou menor intensidade de acordo com a convicção que possuía de que a vida verdadeira era a extraterrena, e que este mundo era apenas um exílio que necessitava cumprir.

O judeu era um homem ancorado em sua raça, o que o levava a uma série de entendimentos e até de concessões para satisfazer aos interesses de seus patrícios. Convencido da indissolubilidade do binômio credo-vida, eliminando o fantástico e o obscuro, proclamava que a religião não chocava com a vida uma vez que devia realizar-se através dela. O significado da vida se manifestava na ação: a vontade divina se revelava no homem. Por isso julgava o mundo para determinar sua atitude diante dele. A vida se convertia para ele num mandamento. Queria modificar o mundo para si. Atitudes mentais a gerar comportamentos diferentes dos católicos para quem a vida era um tributo a ser pago para a eterna felicidade, portanto uma provação e um encargo, o que os dispunha a aceitar o mundo como estava.

Diferenciavam-se judeus e cristãos. Tais diferenças expressaram-se em atritos de maior ou menor intensidade que foram sempre a constante de quatro séculos de vida comum entre os dois grupos. No fim do século XV, instalado o clima tridentino na Península Ibérica, a coexistência entre hebreus e católicos passou a se tornar cada vez mais difícil. Os conflitos aumentaram em número e importância.

Tentando solucionar o problema, D. Manuel impôs o batismo aos descendentes de Moisés,¹ dando nascimento ao cristão-novo,² aumentando o preconceito anti-semita e agravando, portanto, as tensões sociais.

O sacramento católico não elidira o judaísmo, por isso não podia aproximar os judeus dos cristãos. Tampouco podia fazer desaparecer os antagonismos entre os dois grupos sociais ou desmarginalizar o hebraico de um momento para outro.

Se o Rei decidira considerar parte integrante e una com seus naturais aos cristãos-novos, e sentiu o indeclinável dever do trono de dar-lhes os mesmos direitos, e fazê-los participar das mesmas obrigações,³ com o povo tal não se deu. Nem D. Manuel nem seus sucessores puderam persuadir à gente menos instruída que os descendentes da nação hebréia depois de batizados tinham tanto direito à bem-aventurança eterna fazendo obras meritórias como os que haviam nascido de pais cristãos e tinham recebido o Sacramento na infância.

Tentando eliminar as áreas de atrito, proibiu o Rei as discriminações e igualou os horizontes e as possibilidades sociais. A reação dos portugueses foi grande a essa igualdade de direitos e deveres com os descendentes de Israel. Rejeitavam a assimilação dos cristãos-novos quase tão constantemente quanto estes não queriam ser assimilados.

Ser cristão-novo era, pois, viver desajustado, semi-impermeabilizado à miscibilidade e à aculturação. A presença do cristão-novo não diminuía a tensão social. O judeu batizado causava na coletividade maior irritação.

¹ OSÓRIO, D. Jerônimo. *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manoel*. Porto, 1944. t. I, liv. 1, p. 13; GÓIS, Damião de. *Crônica de Felicíssimo Rei D. Manoel*. Coimbra, 1926. p. 1, cap. XX; GORDO, Ferreira. "Memória Sobre os Judeus em Portugal". In: *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa, 1823. t. VIII, 2.ª parte, cap. 1. p. 10; RÍOS, José Amador de los. *Historia Social, Política y Religiosa de los Judios de España y Portugal*. Madri, 1960. p. 745, nt. 3; HERCULANO, Alexandre. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. 13.ª ed. Lisboa, [s.d.]. liv. II, t. I, p. 107; ROTH, Cecil. *A History of Marranos*. Filadélfia, 1941. cap. III, p. 54-73.

² Os cristãos-novos foram também denominados "convertidos", termo estendido no século XVII a todos os que tivessem qualquer ascendente infiel, mesmo longínquo. ORTIZ, Dominguez. "Los Cristianos Nuevos. Notas para el Estudio de una classe Social". No *Boletim de la Universidad de Granada*. 1949. n.º 21, p. 249-97.

³ D. Manuel proibiu que se legisasse sobre os cristãos-novos como se constituíssem comunidade diferente.

As implicâncias mútuas levaram a radicalizações: muitos semitas refugiaram-se no criptojudaísmo — tão velho quanto o próprio Judaísmo, nas palavras de Roth¹ — e em Portugal mais renitente e tenaz que nos domínios de Castela.²

Cristão-novo e criptojudeu não são sinônimos. O nascimento gera o primeiro, a vontade o segundo. O cristão-novo esforçava-se por ser igual aos demais: tentava vencer as barreiras do meio e do seu íntimo e ajustar-se. O criptojudeu contentava-se em parecer igual aos demais. Reservava-se o direito de continuar sendo judeu, de permanecer, às vezes, heroicamente fiel a si mesmo, à religião herdada. Por isso tinha duas religiões: uma externa, social, outra a religião da sua consciência, interior, feita de práticas secretas. Odiava a sociedade que o compelia a uma vida de simulações que lhe tolhia a liberdade de crença, mas guardava certa atitude precavida, cõscio de ser o lado mais débil. Cristão-novo e cripto: elementos desigualmente marginalizados na sociedade do barroco.

A inquietude passara a ter dupla polarização. Tanto na área cristã, quanto na área judaica. Na área cristã, suspeitava-se da existência de um criptojudeu em cada neoconverso. Na área judaica, bipartia-se ainda o grupo cristão-novo que se esforçava por se assimilar à sua nova condição e entre o grupo criptojudeu que mantinha uma dupla face religiosa, política e social. Os criptojudeus comprometiam a posição dos cristãos-novos, pois mantinham acesa a desconfiança.

O criptojudaísmo exacerbava a inquietação reinante, primordialmente, porque falseava o cristão-novismo. Quais os conversos que se conservavam judeus? Rompiam eles, às ocultas, isto sabiam-no bem os cristãos-velhos, a unidade espiritual do Catolicismo e do Império Português. Irritavam aos Céus, atraindo com suas here-sias a cólera divina, que acabaria se abatendo sobre toda a população. Espicaçavam esses judeus disfarçados a consciência de homens zelosos de suas crenças. Porque se deslocavam com extrema facilidade, num migracionismo forçado ou não, eram sempre adventícios em qualquer meio social.

Porfiavam em manter uma feição nacional, caracterizada pela linguagem aprendida nas escolas, empregada nos seus ritos, nos livros de suas contas, nas produções de sua literatura.³ Tradi-

¹ ROTH, Cecil. *A History of Marranos*. Filadélfia, 1941. cap. III, p. 54-73.

² *Id.*, *ibid.* p. 61-62.

³ AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos Cristãos-novos Portugueses*. Lisboa, 1921. p. 38.

ções, usos, crenças do organismo social eram aceitos epidermicamente. O zelo pelo próprio patrimônio impedia uma assimilação consciente e integral à cultura do meio. Por isso as nacionalidades que adotavam eram para eles provisórias. Suas preocupações eram a conservação da mentalidade comum da herança psicológica e do patrimônio histórico, além da busca de condições de realização de melhores negócios. Seu supranacionalismo assegurava-lhes uma ausência de compromissos que objetivamente se traduzia em plasticidade, alargando ou restringindo-lhes horizontes, conforme a conveniência do momento. Sentiam-se isentos de lealdade para com Portugal. Eis por que se distanciavam dos ideais éticos e das aspirações da maioria da coletividade e do trono.

No Reino, cristãos-novos e criptojudéus compeliavam ao desasossego e impulsionavam os homens — individual e socialmente — à busca de soluções de equilíbrio e ordem. E tal busca muitas vezes sinonimizava evasão do grupo judaico: para lugares da Europa onde havia tolerância, ou para o mundo de além-mar, onde a colonização se definia como um fenômeno tipicamente burguês, atraindo homens e capitais para tal empresa.

Cristãos-novos e cristãos-velhos vieram para o Brasil. Também vieram os criptojudéus.

A generalidade dos colonos estava convencida de que devia criar um mundo e estruturá-lo. Para isso havia grandes obstáculos a vencer.

Dominado o oceano, o grande desafio para os que chegavam era a terra. Terra indomesticada, com seus campos imensos, com suas matas, rios caudalosos, pantanais, montanhas, terra envolta por um clima estranho e desconhecido.¹ O outro problema: o índio para o português, parte integrante do solo. O índio e sua resistência. O índio e sua agressividade. O índio e sua inconquistabilidade mental.

O desafio era lançado ao branco que chegava. Fosse qual fosse a antiguidade de sua crença, estavam todos constrangidos no descobrir técnicas que lhes permitissem viver no meio estranho. Cediavam por isso a todo um processo de adaptações. Assumiam atitudes novas, mais ou menos empíricas, sugeridas pela problemática do momento. A resposta dos portugueses ao desafio do mundo brasílico consistiu num processo de acomodação cujo nervo vital

¹ "... Muitas coisas há ainda assim de frutos como minerais por descobrir que os homens não alcançaram sua propriedade natural" registravam os "Diálogos" em 1618. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Bahia. Ed. Capistrano de Abreu, 1956.

foi criar o homem para a terra. Nele se encaixa pois a gênese do mestiço e a plasticidade do branco para se deixar modelar pelo continente americano.

Desde o primeiro momento atuaram na Colônia sobre o inconsciente e o consciente do reinol forças novas. Os imperiosos apelos da vida deram à índia um lugar na rede do colono e produziram outras vidas. O mestiço foi uma imposição genética. Sua aceitação social já foi uma condescendência e o início do processo diversificatório da Colônia.

Coloriram-se as epidermes em várias gradações cromáticas. Os mamelucos, mulatos, pardos e cafuzos inauguraram um mundo de sincretismos: de usos, costumes, crenças. Unindo-se aos usos, costumes e crenças da Metrópole davam continuidade a esse processo aculturativo, agravando as deformações dos modelos culturais importados. Alguns desses modelos tornaram-se inadequados. Por inúteis, tornaram-se desnecessários. Extinguiram-se ou foram usados com adaptações.

A ânsia do imediato cortava idealizações. Brandônio, nos *Diálogos*, reclamava dos colonos a quem dois ou três anos parecia uma eternidade.¹

O heroísmo tinha multiplicadíssimas possibilidades de realização em roupagens locais. Entre elas, avultava a colonização das consciências nativas. O protótipo social se afastava do metropolitano, à medida que a posse da riqueza era fator diferenciador da sociedade² e via de ascensão nela.

A necessidade da sobrevivência diante do inimigo bárbaro e antropófago exigiu, pelo menos nos primeiros tempos, a atenuação de preconceitos entre os brancos. A instabilidade dos primeiros estabelecimentos portugueses criava uma atmosfera de relativa solidariedade entre o punhado de homens que os mantinha. Os cristãos-novos eram aceitos com maior facilidade, irmanados nos problemas comuns

¹ "Primeiro Diálogo". In: *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Bahia, Ed. Capistrano de Abreu, 1956. p. 39.

² "... As riquezas do Brasil constituem em seis coisas com as quais seus povoadores se fazem ricos, que são estas: a primeira, a lavoura do açúcar; a segunda, a mercancia; a terceira, o pau a que chamam de Brasil; a quarta, os algodões e as madeiras; a quinta, a lavoura de mantimentos; a sexta e última a criação de gados." "Terceiro Diálogo". *Op. cit.*, p. 149-50.

do viver.¹ As desconfianças recalçaram-nas os cristãos-velhos, no âmago de seus corações, onde ficaram mais ou menos latentes, mas sem grande tempo ou oportunidade de se manifestarem. No fim do século firmara-se a empresa brasileira. E a burguesia que a sustentava era em sua maior parte cristã-nova. Impunha-se certa tolerância.

Não há dizer que o homem se deseuropeizasse. As estruturas gerais do mundo que erguia eram inegavelmente portuguesas. Apenas tais estruturas sofreram adocamentos. Quebravam-se-lhes muitas arestas. Tornaram-se mais maleáveis. Instalara-se uma relativa tolerância.

A flexibilidade das estruturas sociais e da mentalidade dos homens que as haviam levantado não implicara na transformação total desses homens. Aqueles que aqui se haviam instalado ou que aqui moravam por determinados lapsos de tempo estavam ainda convencidos, no fundo de suas consciências — bem lá no fundo, muitas vezes — da importância dos interesses da alma no quadro dos valores terrenos. Homens interessados em colaborar com o Trono na manutenção da ordem no Império Ultramarino.

O abrandamento de problemas e preconceitos não significava que estes tivessem deixado de existir. Desarmaram-se em grande parte as resistências dos grupos hebraico e cristão. Ficaram apenas alguns focos representados pela presença de cripto judeus que talvez tivessem vindo para o Brasil à procura de um clima de liberdade que permitisse o retorno às suas crenças. Prolongava-se, dest'arte, além-mar, um problema metropolitano, a que eram sensíveis não apenas os cristãos-velhos, como os cristãos-novos, imersos já no processo de assimilação. Marranos judaizantes houve-os, sem dúvida, nesses primeiros séculos da vida colonial. Seu programa no Brasil era o mesmo que tinham os judaizantes no Reino.

Na Colônia um certo grupo de conversos timbrava em se manter judeu e supranacional. Defendia-se do Cristianismo através de reservas mentais como a daqueles que ouviam missa aos domingos e enfeitavam-se nos sábados, que freqüentavam a igreja e depois ajuntavam-se para judaizar.² Ou atacavam violentamente a reli-

¹ "E os filhos dos taes, já entronizados com as mesmas riquezas e governo da terra despiam a pele de ovelha, como cobra, usando em tudo de honradíssimos termos, como se ajuntar a isto o haverem vindo depois a este Estado muitos homens nobilíssimos fidalgos, os quais casaram nele, e se liaram em parentesco com os da terra, de sorte que se há feito entre todos, uma mistura de sangue assás nobre..." *Id.* p. 170-71.

² PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL. "Denúncias de Pernambuco", São Paulo, 1929. p. 361-62, 353-54, 316, 466, 476, 478.

gião do Nazareno, como Ana Rodrigues, ou Jorge Dias, que desejavam quebrar a cabeça de Cristo,¹ ou ainda batizavam bichos para ridicularizar o Sacramento.² Supranacionais, seguiam a política de interesse dos de seu grupo.³

Os cripto judeus eram veículos ideais para penetração e circulação das heresias. E heresias, no tempo, eram também na Colônia sinônimos de desagregação política. A preocupação de "desmascará-los" gerou denúncias e processos na justiça eclesiástica e civil, como os que teve contra si Bento Teixeira, Maria Barbosa ou João Nunes.⁴ Fruto de uma necessidade absoluta de vigiar os cripto judeus são as Visitações do Santo Ofício ao Brasil, principalmente às capitanias do Nordeste em 1591 e em 1618. Ação intimidatória principalmente.

Veículos de penetração de heresia eram também os homens do mar que traziam, em suas presas ou nos seus barcos, idéias, crenças ou livros que continham heterodoxias. Homens como o marinheiro Diogo Dias que estante em casa de seu conterrâneo Vicente Tomé, do Porto, declarara que o estado dos casados era tão bom como o dos religiosos.⁵ Ou como Antonio Maciel, piloto da nau São Pedro, que numa de suas viagens fora feito prisioneiro pelos ingleses e com eles rezara.⁶

Um outro problema os donos e capitães de naus, principalmente das urcas flamengas, que davam fuga aos indivíduos incursos nos autos inquisitoriais ou que em Lisboa, ao invés de entregar diretamente os presos nos cárceres do Santo Ofício, deixavam-nos primeiro tratar de seus negócios, manter alguns contactos que poderiam ajudá-los quando estivessem sob a vigilância do Tribunal.

O Visitador Furtado de Mendonça instaurou auto contra Antonio Vaz por ter sabido que ele partiria para o Rio, desobede-

¹ PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL. "Denúncias da Bahia", 1591-1592. São Paulo, 1925. p. 544.

² *Id.* p. 321, 473-74. PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL. "Confissões da Bahia", (1591-1592). São Paulo, 1935. p. 65, 79 e 87.

³ V. FRANÇA, Eduardo d'Oliveira: "Um problema, a traição dos cristãos-novos em 1624" *Revista de História*. São Paulo, 83:21-71, 1970.

⁴ Transcritos em parte nos processos que tiveram na Inquisição Portuguesa as referidas pessoas. *Inquisição de Lisboa*. ANTT, procs. n.º 5 206, 5 536, 1 491 e 885 respectivamente.

⁵ INQUISIÇÃO DE LISBOA. ANTT, proc. n.º 6 350. Pelo mesmo motivo foi processado Francisco Pires. *Inquisição de Lisboa*, ANTT, proc. 17 811.

⁶ *Id.*, proc. n.º 6 364.

cendo-lhe às ordens e não temendo as penas que por ele lhe tinham sido postas, levando em sua nave Adrião Francisco, serralheiro, e uma castelhana Joana Martins.¹ Pelo mesmo motivo foi preso Diogo de Mozim Soares, escrivão da Alfândega do Rei na Bahia.²

Da cumplicidade dos capitães das urcas que se ofereciam para desembarcar os réus do Santo Ofício em outros portos europeus avisava ao Tribunal de Lisboa Bento Teixeira num de seus Avisos, embora ele mesmo se sentisse descrente da possibilidade de impedir a ação dos navegantes das urcas: "E dizem que se S.M. impedir que não vão lá urcas, que de dentro de Itália e de Veneza hão de mandar vir vasilhas para se embarcarem".³

Outro atentado à integridade ortodoxa da Colônia era a presença dos holandeses ou dos corsários luteranos que nas rotas comerciais do açúcar, do pau-brasil ou das especiarias freqüentavam as Ilhas, África e Brasil, trazendo elementos não católicos que ilegalmente aqui ficavam e constituíam perigo para a fé da coletividade. As avenças vendidas pelos contratadores de escravos eram outra via de penetração no Nordeste e no Recôncavo de elementos de outras crenças. População estante por alguns meses, no decurso dos quais contactava com os moradores da terra e podia abalar as já pouco sólidas fidelidades à dogmática cristã.

3. Estratificação Social e Religião

A presença de acentuações dominantes em toda a sociedade é um fato inegável da organização social.⁴ De acordo com o que a sociedade considera valioso, procede ela à hierarquização das funções sociais desempenhadas pelos seus membros. Os status são diferenciados a partir de seus papéis.

A estrutura sócio-econômica do Nordeste e do Recôncavo construiu uma hierarquia sobre base escrava em que se encontravam, de alto para baixo: os grupos ligados à terra e os grandes comerciantes aqui radicados, partícipes da mesma concepção de vida, donos das tendências autoritárias, que transmitiam por herança seus bens e suas profissões. Depois, vinham nos incipientes burgos a média e a pequena burguesias, mal definidas, que abrangiam os mercadores,

¹ *Id.* proc. 6 345.

² *Id.*

³ *Id.*, proc. n.º 5 206. Aviso último.

⁴ TUMIN, Melvin M. *Estratificação Social. As Formas e Funções da Desigualdade*. São Paulo, 1970. p. 40. Trad.

pequenos industriais, artesãos e todos os responsáveis pelas atividades estereotipadas ou reprodutoras do sistema burocrático que se transplantou para a Colônia. Este grupo social era integrado, nos campos, pelos pequenos lavradores, rendeiros e trabalhadores assalariados. Nos campos e nos meios urbanos, aí estava o clero. Abaixo deles, a massa indefinida e informe da plebe, e os escravos responsáveis por todo o trabalho das lavouras e das fábricas: "derrubadores para roçarem o mato das plantações, agricultores para limparem as derrubadas e prepararem o terreno para as sementeiras, as cargas e as colheitas das messes, o transporte das canas ou das espigas de milho e das demais culturas; operários para construírem ou remendarem os engenhos, as rodas de água, os canais ou regos; remadores para os barcos e lanchas em que se transportavam rio abaixo até o oceano as utilidades colhidas ou preparadas; caldeiros para tachos, carapinas, marceneiros, ferreiros, pedreiros, serventes, fazedores de tijolos e de telhas; criadores de toda a espécie para as necessidades caseiras; caçadores e pescadores para sustento da fazenda; guardas para protegerem famílias e propriedades: tais eram, em resumo, as mais importantes formas de trabalho impostas aos empregados e escravos".¹

A sociedade açucareira do fim do século XVI e do início do XVII definiu como seu argumento principal a riqueza e a fé. Seus elementos diretores foram os principais responsáveis pela consecução do lucro e pela cristianização das consciências.

A divisão das riquezas deu o primeiro critério de valorização do status: a diferença da propriedade e do dinheiro, ou o fato de ter ou não propriedade e dinheiro. Encimava a estratificação colonial o grupo dos senhores de engenho e terras e dos mercadores. A interligação dos latifundiários aos comerciantes, a mudança de posições, o acúmulo de ambas as funções, caracterizaram o fim do primeiro século e início do segundo na vida brasileira. Ligados à posse dos bens imobiliários e mobiliários estavam o poder e o prestígio que exerciam e gozavam na sociedade esses elementos. O poder derivava de posições econômicas privilegiadas como as exercidas pelos senhores de engenho e pelos mercadores.

O prestígio advinha da riqueza e do poder. Prestígio que não era minimizado pela vida em cenários rurais, pois parte do ano pas-

¹ CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. 2.ª ed. São Paulo, 1935. p. 29-30.

sava-a o senhor de engenho nas cidades ou vilas onde tinha também residência.

A esse primeiro grupo social pertenciam também, em certo sentido, o clero e alguns altos funcionários do Rei, na medida em que eram individual ou coletivamente (pela ordem religiosa) senhores de terras ou de engenho. As sesmarias dos padres bentos, dos filhos de Santo Inácio, do governador Luís de Brito são exemplos. Como é exemplo o engenho do Sergipe do Conde, dos jesuítas, a partir do século XVII.¹

Os senhores de engenho e terras, organizados no sistema do patriarcalismo, mantêm uma forte hierarquia social que tem seu modelo na organização do engenho onde "uma grande divisão social do trabalho tem as correspondentes diferenciações sociais, uma vez que a produção do açúcar resulta dos esforços combinados e especializados de vários homens"².

Nas pequenas concentrações urbanas encaixava-se o branco recém-vindo que "não encontrando no interior, onde estão os engenhos, aplicação para seus braços porque os escravos bastam para o serviço das lavouras e moendas, é forçado a retornar sobre seus passos e fixando-se nas cidades, no granjeio de pequenos ofícios, como o de ourives ou no pequeno comércio como o negociante de vara-e-côvado"³.

Nos meios urbanos ficavam também os burocratas, estreitamente organizados em quadros hierárquicos, disciplinados até a minúcia por normas, regimentos e leis. Integraram eles o mecanismo colonizador na medida em que o sistema burocrático português era fundado no princípio de fidelidade pessoal ao Rei.

Elementos ligados à administração e elementos ligados à economia acabaram muitas vezes participando das mesmas funções devido à rarefação dos quadros humanos especializados, devido ao prestígio de que gozavam os homens ligados à terra e ao comércio.

Há na pequena e média burguesias e no povo pequena nitidez na delimitação das esferas de funcionamento social. Contornos pouco definidos. Além disso, a rarefação demográfica foi a responsável

¹ Ver: *Documentos para a História do Açúcar*. v. II. *Livro de Contas do Engenho do Sergipe do Conde*. Rio de Janeiro, 1956; *Espólio de Mem de Sá*. Rio de Janeiro, 1963. v. III.

² OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *Estratificação Social no Brasil*. São Paulo, 1965. p. 18.

³ VIANA, J. P. Oliveira. *A Evolução do Povo Brasileiro*. p. 143.

pela bivalência e até polivalência funcional. Aparecem referidos nos papéis da Inquisição: pedreiros que eram ao mesmo tempo caldeireiros; carpinteiros-marceneiros; caldeireiros-donos de curral; torneiros-lavradores; cuteleiros-mercadores; alfaiates-lavradores; procurador do número-dono-de-roça; confeitoiro-mercador-criado; criado-tendeiro; lavradores-pescadores; lavradores-carpinteiros-pedreiros; pedreiro-mestre-de-obra; pedreiro-carpinteiro; pescador-soldado; pescador-contador e ourives-mercadores.

Sempre a predominância da lavoura e do comércio nesses casos de acúmulo de funções que levava os indivíduos a participarem de mais de um grupo ou de diferentes camadas do mesmo grupo social. Em todos os estratos da organização social, a presença dos cristãos-novos.

Dos 2 214 homens que viviam nas capitâneas do Nordeste e no Recôncavo entre 1591 e 1620, 1 240 declararam ao Santo Ofício suas profissões. A distribuição numérica pelo estrato social a que pertenciam é a seguinte:

	total	percentagem
<i>Grande Burguesia:</i>		
Senhores de engenho..... 86	309	19,69%
Mercadores..... 223		
<i>Pequena e Média Burguesia:</i>		
Artesãos 175	1053	67,07%
Assalariados 180		
Burocratas 133		
Pequenos lavradores 389		
Liberais 64		
Mercadores de lógea 18		
Clero (médio e baixo) 94		
<i>Povo:</i>		
Pequenos ofícios 148	208	13,24%
Sem ofícios 26		
Escravos 34		
<i>Total</i>	1570 ¹	100,00%

¹ A diferença de 670 é explicada pelos casos de dupla e até tripla função social. 618 pessoas cujos nomes estão relacionados nos papéis do Santo Ofício não declararam sua condição profissional.

Média e Pequena Burguesias

1. Artesãos

- Alfaiates = 44
 - Obreiro de alfaiate = 1
 Armador de igreja = 2
 Calafate = 4
 Calceteiro = 1
 Carpinteiro = 66
 - Aprendiz de carpinteiro = 1
 Chapineiro = 1
 Cordoeiro = 3
 Costureira = 3
 Cozinheiro = 2
 Cutileiro = 1
 Entalhador = 2
 Ferreiro = 14
 - Aprendiz de ferreiro = 1
 - com tenda = 1
 Fiandeiro = 1
 Imaginário = 1
 Oleiro = 10
 - Aprendiz de oleiro = 1
 - Mestre oleiro = 1
 Ourives = 5
 Serralheiro = 2
 Tanoeiro = 5
 Torneiro = 1
 Tecedeira = 1
2. Assalariados
- Banqueiro = 1
 Barqueiro = 4
 Caldeireiro = 4
 Caixaieiro = 1
 Contador = 1
 Encaixador = 1
 Feitor = 1
 - Engenho = 20

- Fazenda = 29
 - Roça = 2
 Mestre-de-açúcar = 28
 - Aprendiz de mestre-de-açúcar = 2
 - Purgador = 5
 Contra-mestre-de-nau = 4
 - Guarda de naus = 1
 - Mestre-de-nau = 11
 - Marinheiro = 46
 - Piloto = 19

3. Burocratas

- Alcaide-mor = 3
 Almotacel = 3
 Almoxarife de cidade = 2
 Almoxarife de capitania = 3
 Capitão de capitania = 5
 Carcereiro = 4
 Contador da fazenda del-Rei = 2
 Demarcador das terras = 1
 Desembargador = 2
 Escrivão = 12
 - Escrivão da alçada = 2
 - Escrivão dos defuntos = 1
 - Escrivão da câmara do bispo = 4
 - Escrivão do fisco = 2
 - Escrivão dos órfãos = 2
 - Escrivão dos agravos da Relação da Bahia = 2
 - Escrivão do campo = 1
 - Escrivão dos contos = 1
 - Escrivão da alcaidaria = 1
 - Escrivão do eclesiástico = 1
 - Escrivão do público-eclesiástico = 1

- Governança da terra = 22
 Inquiridor = 1
 Juiz = 9
 - Juiz dos órfãos = 2
 Meirinho da Alfândega = 1
 - Meirinho da correição = 1
 - Meirinho da vara eclesiástica = 3
 - Meirinho do campo = 1
 - Meirinho da cidade = 1
 - Meirinho da capitania = 1
 - Meirinho do mar = 3
 Ouvidor Geral do Estado = 3
 - da vara eclesiástica = 3
 Provedor:
 - Provedor da alfândega = 3
 - Provedor dos dízimos do Rei = 1
 - Provedor da fazenda do Rei = 5
 - Provedor-mor dos defuntos = 1
 - Provedor da capitania = 1
 Procurador de índios = 1

- Procurador do conselho = 2
 - Procurador do número = 4

4. Homens do mar

- Dono-de-nau = 8
 Capitão de embarcação = 1
5. Pequenos lavradores
- Donos-de-roça = 17
 Lavradores = 371
 Trabalhador de enxada e foice = 1

6. Liberais

- Advogados = 7
 Bacharéis = 1
 Cirurgião = 11
 Licenciados = 6
 Estudantes = 25
 Físico = 3
 Médico = 3
 Mestres de ler e escrever = 4
 Letrado = 4

7. Mercadores de lógea

- Mercadores de lógea = 18

Povo

Pequenos ofícios

- Boticário = 4
 Canoeiro = 2
 Confeiteiro = 5
 Carreiro = 3
 Cortador de carne = 1
 Barbeiro = 14
 Vendeiro = 9
 Ferrador = 1
 Hortelão = 1
 Língua = 2
 Pedreiro = 19
 Pescador = 12

- Pasteleiro = 2
 Parteira = 2
 Padeira = 1
 Camareiro = 2
 Criado = 52
 Pajem = 3
 Mulher do mundo = 7
 Taverneiro = 1
 Vinhateiro = 1
 Trabalhador de soldada = 4
 Escravos = 34
 Sem ofício = 26
 Não declarados = 618

Das 1 212 mulheres que viviam na Colônia na região estudada aparecem nos papéis do Tribunal apenas dezesseis exercendo profissões fora dos afazeres domésticos:

Costureiras	3
Tecedeira	1
Padeira	1
Vendeira	2
Parteira.....	2
Mulher do mundo ...	7
<hr/>	
Total.....	16

Dessa distribuição sócio-profissional emerge uma elite burguesa que devia manter a maioria pela autoridade e pela disciplina. Seus anseios concentravam-se no desenvolvimento da propriedade na manutenção da família patriarcal. Resistiam à infiltração das classes inferiores.

Os senhores de engenho tinham um sentido extremamente vivo de autonomia e suficiência só comparável “ao desejo de estabilidade que lhes davam as terras férteis de cana”. Seu espírito de autoridade aguçava mais o sentido de ordem e disciplina. Homens duros, sem fraquezas nos julgamentos, sem flutuações na ação. Inclínados a reações violentas. Eram os senhores de engenho responsáveis pela existência de um espírito fragmentário favorecido pelo isolamento e pela distância, origem das tendências particularistas.

Já os funcionários burocráticos, componentes alguns de uma elite administrativa — elite flutuante — eram educados no sentimento de obediência ao Rei de quem se consideravam servidores. Apegados às normas e aos regulamentos, com seu espírito esquemático e rotineiro eram fundamentalmente conservadores. Representavam, no mundo colonial, forças de coesão que ligavam a Colônia à Metrópole.

Nos grupos médios, dada a heterogeneidade de sua composição não são perceptíveis traços de sua mentalidade além da busca da fortuna e da conservação de traços religiosos — traços distintivos de toda a sociedade.

Quanto ao clero manteve seu ascendente na sociedade que se estruturava. E no clero, maior influência, inegavelmente, era a exercida pelos filhos de Santo Inácio. Um entre muitos exemplos:

↳ *filhos*

João de Sevalhos¹ foi perguntar ao Pe. Manoel Nogueira se estava certo o que iria contar ao Visitador do Santo Ofício não obstante todas as explicações dos Monitórios e a proibição dos denunciadores de se comunicarem com alguém antes de comparecer à Mesa. A dependência mental do clero era maior, pois era ele fator de segurança para as consciências.

A mesma coisa fizera Antonio de Oliveira, procurando primeiro os jesuítas Antonio Blasques e Pero Coelho.

Manoel de Paredes explicando-se diante do Santo Ofício declarou que falara tanta verdade quanto a Companhia.² Continuavam os padres a influir nas elites e na massa sendo um fator de integração social.

A integração de uma sociedade depende de valores comuns ou quase comuns, de ampla aceitação de normas prescritivas ou proscritivas, de um potencial de concentração de força nas autoridades reconhecidas na sociedade.³ A religião era na sociedade colonial o mais importante poder integrador na medida em que contribuía para o reforço de normas e valores comuns. Na medida em que se fundiam autoridades política e religiosa era inequivocamente integradora. No momento em que os padres brandiam sanções excomunicatórias contra alguns desvios como o roubo por exemplo, estavam ajudando a reforçar a instituição social da propriedade, portanto tendiam a santificar a estrutura social existente.

Além do mais exercia o clero o controle social dos atos litúrgicos brandindo sanções contra os faltosos: admoestações, negações dos sacramentos, excomunhão *ipso facto* incurrenda ou publicamente proclamada.

Através da Companhia de Jesus, precipuamente, era ainda do clero a função de ensinar. Em Pernambuco e Bahia havia apenas três mestres leigos: Bento Teixeira,⁴ Fernão Rodrigues da Paz,⁵ Gabriel Gonçalves.⁶

¹ “Denúncias da Bahia (1618)”. p. 103.

² INQUISIÇÃO DE LISBOA, ANTT, proc. 11 071.

³ JOHNSON, H. M. “Religião e Subsistemas Sociais.” In: *Sociologia de la Religión y de la Moral*. Buenos Aires, 1968. p. 192. Trad.

⁴ INQUISIÇÃO DE LISBOA, ANTT, proc. 5 206.

⁵ “Denúncias de Pernambuco”, p. 379, 451.

⁶ “Denúncias da Bahia (1591)”. p. 148 (ratificações).

A religião católica, no período colonial, influiu quase que exclusivamente na organização da cultura no Brasil¹, que se desenvolveu à sombra dos conventos, seminários e, principalmente, dos colégios dos filhos de Santo Inácio. Notadamente no primeiro século da colonização as únicas agências difusoras da cultura foram as Escolas Inacianas,² decididos que estavam os jesuítas de levantar sobre os alicerces do ensino toda sua obra de evangelização e colonização.³ Sua política educativa alicerçava-se no abrir sempre uma escola onde erigissem uma igreja.

Desde o grau elementar era o ensino jesuítico marcado pelo ideal norteador da Companhia: subordinação às exigências ecumênicas da Igreja tridentina e à missão de instalar e conservar a civilização ibérica que lhes dera o Rei. Eram os inacianos, pois, instrumentos poderosos de domínio espiritual, fazendo do ensino cunhas por onde penetrava na Colônia a cultura portuguesa. Focos de reação europeizante numa sociedade mestiça que ameaçava com seus sincretismos a unidade que se buscava instalar. Focos de ibericidade num mundo ameaçado constantemente pelos estrangeiros invasores. Focos de Cristianismo num mundo solapado pelos germens da heterodoxia.

As condições de vida influem nas tendências religiosas dos homens. Ora, essas condições estão relacionadas com a estratificação social.⁴

¹ "Cultura elaborada pela Igreja, tributária da religião, verdadeiros vínculos entrelaçando raízes" para Fernando de Azevedo, que vê nossa história cultural entroncada em sucessos, instituições e influências religiosas. *A Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, 1943. p. 132.

² Na Bahia, 15 dias após a chegada dos jesuítas já funcionava escola de ler, escrever e contar. O mesmo tipo de ensino elementar existiu em todos os estabelecimentos inacianos do Brasil. Cf. LEITE, Pe. Serafim (S.I.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa... 1938. t. I, p. 72 e segs; V. também: "Vicente Rodrigues, 1.º Mestre-Escola do Brasil". In: *Broteria*. Lisboa, 1951. n.º 52, p. 288-300.

³ V. sobretudo idéias pedagógicas do Pe. Nóbrega, nas "Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manoel da Nóbrega (Opera Omnia)." Introdução, notas históricas e críticas de Serafim Leite. Publ. da *Acta Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra, 1955. V. também: COSTA, M. Gonçalves da. *Inácio de Azevedo. O homem e sua Época. 1526-1570*. Braga, 1957; JAUGER, Luiz Gonzaga. Pe. Manoel da Nóbrega. 4.º Centenário de sua Vinda ao Brasil. Porto Alegre, 1949. Sep. do *Relatório do Colégio Anchieta de Porto Alegre; Diálogo sobre a Conversão do Gentio*. Com preliminares e anotações do Pe. Serafim Leite. Lisboa, 1954.

⁴ WEBER, Max. *The Sociology of Religion*. Nova Iorque, 1947. p. 10.

Homens da mesma religião — cristã — estavam colocados em diferentes grupos da sociedade. Dada a grande mobilidade dentro das camadas sociais, houve também um intenso deslocamento de certo tipo de necessidade religiosa ou de determinada interpretação da religião.

Os senhores de engenho, dado o desmesuramento do seu individualismo, tendem a separar o conteúdo doutrinal do Cristianismo da vida cotidiana. Isto explica os comportamentos, como o de Fernão Cabral de Ataíde que solicitara sua comadre, Luisa de Almeida, para relações sexuais dentro da capela de seu engenho após a missa dizendo "que compadrã (sic) não era parentesco e que não era mais que carantonhas que punham, que deixasse isso à sua conta que tudo se lavava com uma bochecha de água"¹.

Pero Garcia confessou a Marcos Teixeira ter cometido o nefando "vencido do apetite da carne" com Maria Alvares num de seus engenhos, enquanto o marido estava fora com um mulato forro, Joseph, com um cativo, Bento e com Jacinto, moleque de 6 ou 7 anos.²

Belchior Luís, senhor de engenho no Jaboatão, em conversa sobre a confraria dos ferreiros do Porto chamou a Virgem de Malaventurada.³

Fernando Soares, senhor de engenho, era cristão-novo e sua mãe fora ao cadafalso em Lisboa. Também fora queimada por judia a mãe do cristão-novo, Tristão Ribeiro, senhor de engenho de bois em Passé.⁴

Alvaro Velho, senhor de engenho da Várzea do Capibaribe, era "muito costumado a pessar e a dar ao diabo a lua a quem a mandava"⁵.

Gaspar Pacheco, cristão-novo, dono de engenho de bois em Itaparica, tinha fama na Bahia de ter vindo do Reino, fugido da Inquisição.⁶

Os grupos privilegiados consciente ou inconscientemente atribuíam à religião a função fundamental de legitimar seu padrão de vida, sua situação no mundo. Isto explica a figura do capelão

¹ "INQUISIÇÃO DE LISBOA", ANTT, proc. 17 065.

² "Confissões da Bahia (1618)". p. 444-45.

³ "Denúncias de Pernambuco". p. 18-19.

⁴ "Confissões da Bahia (1591)". p. 256.

⁵ "Denúncias da Bahia (1591)". p. 516.

⁶ *Id.* p. 321.

do engenho a conviver no dia-a-dia com senhores de ortodoxia discutível ou de fé apenas aparente como a de grande parte dos neo-conversos.

“Privando com o senhor de engenho que é o proprietário da capela onde se diz a missa, protetor da religião e seu maior contribuinte, sentando-se à sua mesa como conviva habitual, confidente e parceiro de jogo, associado a ele nas lutas políticas, o capelão domesticado, na observação de Gilberto Freire, teria de acabar como acabou, tão ligado à família patriarcal, aos seus interesses, aos seus segredos, às suas pendências, internas ou externas, que fazia corpo com ela e dela já não podia mais despregar-se, como se fora o próprio esteio da religião. Nessa comunidade de vida e interesses, nessa troca de serviços e nesse regime de concessões mútuas, que iam até à complacência, senão cumplicidade, para com os erros, fraqueza ou crimes de um e de outro, capelão e senhor de engenho, vivendo de portas a dentro, solidários, beneficiavam-se das forças que cada um representava e eram postas a serviço do poder senhorial e do poder eclesiástico. Nenhum obstáculo levantou a religião ao poder do senhor de engenho, rude e autocrático que, tomando uns ares de correção até à austeridade, prudente e temerário a um tempo, com atitudes e gestos aristocráticos se forjava para uso próprio, aos olhos indulgentes e receosos da religião, uma moral dos senhores”¹.

Alguns exemplos de capelães de engenho e fazenda na Bahia: Francisco Saraiva, padre da capela de Sta. Catarina, do engenho de Gaspar Dias Barbosa em Matoim; Estevão Fernandes, na capela da fazenda de Cristovão de Barros em Jacaracanga; Jerônimo Braz, capelão da fazenda do Margalho em Tassuapina.²

O padre, pela educação dos filhos dos senhores, inculcia-lhes subordinação aos pais e às estruturas sociais em que se anichavam. Havia interesse da Igreja em manter tais estruturas. O ensino religioso dos colégios principalmente jesuítas completava essa “obra de coesão que tinha por base uma mesma estrutura econômica e rematava numa mesma concepção e nos mesmos estilos de vida”.

Confundiam-se o elemento religioso e o elemento leigo, ganho que estava àquele pelos problemas do meio.

¹ AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*. 2.^a ed. São Paulo, 1960. p. 70.

² “Confissões da Bahia (1591)”. p. 82.

O clero na Colônia debatia-se entre duas tendências contraditórias: compromisso com o mundo, rejeição do mundo. Ora punha-se a serviço dos homens da elite do dinheiro como o cônego Bartolomeu de Vasconcelos que peitou o escrivão do bispo, Antonio Gomes, para rasgar autos que Gaspar Rodrigues tinha na justiça eclesiástica.¹ Ou como o vigário da Vara Eclesiástica que para não obrigar o cristão-novo João Rodrigues a voltar para sua mulher no Reino, isentou-o da excomunhão do bispo, dele recebendo 100 varas de pano de linho, um arratel de linhas finas e uma dúzia de peles.² Ora brandia a sanção excomunicatória a pedido de alguém que se sentia prejudicado como Manoel Ferreira que teve sua lavoura destruída por Jerônimo de Barros.³ Ora controlava as práticas litúrgicas de seus paroquianos como se depreende das denúncias feitas pelo vigário de S. Lourenço ao Visitador Furtado de Mendonça.⁴

O clero das paróquias na sua grande maioria pecava por ignorância. Faltavam-lhe condições para pastorear as almas. Trazia ainda consigo aqueles inúmeros desvios da ortodoxia cristã que Trento ordenara fossem sendo dirimidos pela instrução esclarecida dos seminários. Resultado: padres que descreiam da importância das obras para a salvação ou que ignoravam a ordem das pessoas da SS. Trindade⁵ ou que escandalizavam os fregueses como o Pe. Pinto Doutel que dissera na homilia “o homem se havia de amancebar antes com mulher formosa que com feia, se havia de embebedar antes com bom vinho que com vinagre”⁶. Frei Alvaro de Monção, franciscano, ignorava a maneira certa das pessoas benzerem-se e persignarem-se ensinando erradamente seus alunos.⁷ O Pe. Luiz do Couto, em conversa respondera, quando interpelado, que Cristo não sabia que ia ressuscitar.⁸ Nos deslizes de comportamento também igualavam-se os religiosos aos leigos. Que dizer das denúncias feitas contra Frei Damião de São Bento, que fora achado “à noite vestido à indiática em casa de mulheres solteiras” de quem publicamente se dizia que “tinha acesso com uma Isabel Raposa e Ana

¹ “Confissões da Bahia (1591)”. p. 54-56.

² INQUISIÇÃO DE LISBOA, ANTT, proc. n.º 6 353.

³ *Id.* p. 33-34.

⁴ “Denúncias da Bahia (1591)”. p. 516.

⁵ INQUISIÇÃO DE LISBOA, ANTT, proc. n.º 11 063.

⁶ *Id.* proc. n.º 10 888.

⁷ “Confissões da Bahia (1591)”. p. 30.

⁸ INQUISIÇÃO DE LISBOA, ANTT, proc. 2 553.

Lins, mulheres casadas, e com outras muitas, comprando cousas de seis e sete mil réis para trazer de noite".¹

Os burocratas, presos a um conjunto de convenções, prendiam-se mais aos exteriores da crença do que a uma religião pessoal de tipo emocional. Ambrosio Peixoto de Carvalho, Provedor-mor dos defuntos e ausentes da Bahia, foi levar ao Visitador uma teima que tivera com Antonio Nunes Reimão na qual dissera que não se convencencia dos motivos apontados pelo interlocutor, mesmo que São João Evangelista dissesse o contrário.²

Os grupos mais simples da população misturavam as crenças, dividindo-se entre o profano e o sagrado, Deus e o Diabo, a Igreja e as feitiçarias. Riscavam-se, recebiam os fumos das Santidades, adoravam seus ídolos e declaravam que não tinham deixado a crença do Cristianismo. Amaro da Cruz confessou-se sacramentalmente com um jesuíta de palavras irreverentes e não satisfeito foi de novo confessar-se ao Padre Frei Jerônimo, presidente de São Bento³; evidenciando com essa atitude a limitada compreensão que tinha do sacramento da Penitência e de seus efeitos de perdoar os pecados.

Francisco de Almeida sabia que devia estar em jejum para receber a Eucaristia. Acreditava que na hóstia estava o verdadeiro corpo de Jesus, e comungou depois de ter almoçado.⁴ A mesma cousa fez Cosmo Martins.⁵

Os cristãos-novos procuravam, principalmente quando criptos, realizar com perfeição os exteriores de bom católico. Eram os mordomos das confrarias mais importantes, como o era Manoel de Paredes, da confraria de Nossa Senhora da Ajuda⁶ na Bahia de 1591.

Nicolau Faleiro de Vasconcelos afiançou ao Visitador que sua mulher apesar de cristã-nova era muito boa cristã e virtuosa: fazia romarias, rezava a Nossa Senhora, jejuava às vésperas da festa da Virgem, dava esmolas e fazia obras dos que temem a Deus.⁷ No seu testemunho sobre o cristão-novo Bernardo Ribeiro, Cristovão

¹ "Denúncias de Bento Teixeira". INQUISIÇÃO DE LISBOA. ANTT, proc. n.º 5 206.

² "Confissões da Bahia (1591)". p. 42.

³ INQUISIÇÃO DE LISBOA, ANTT, proc. n.º 8 479.

⁴ "Denúncias de Pernambuco". p. 361.

⁵ INQUISIÇÃO DE LISBOA. ANTT, proc. n.º 5 534.

⁶ *Id.*, proc. n.º 11 051.

⁷ "Confissões da Bahia". p. 23-24. n.º 13 957.

da Costa declarou que "sempre o teve por amigo de Deus e o vê devoto de Nossa Senhora, rezando-lhe seu officio e horas e frequentar a Igreja".¹ Frutuoso Antunes, cristão-novo, declarou a Marcos Teixeira conhecer corretamente a posição da Igreja sobre o dogma da Virgindade de Maria, sobre o valor da oração da missa.²

Gaspar Dias Matado, marrano, queria construir altar para Santa Catarina, na igreja de sua freguesia. Constantemente emprestava à igreja cortinas e toalhas.³

Sobre Bento Teixeira grande parte da opinião pública era unânime: tinha exteriores de bom cristão, ensinava a seus alunos a doutrina cristã e com eles frequentava a igreja e os sacramentos, acompanhava os enterros e rezava pelos defuntos. E no entanto judaizava às ocultas.⁴

A Igreja aceitava os neoconvertos em suas fileiras, abria-lhes os lugares de destaque em suas Confrarias e Irmandades. Identificava-se a instituição eclesiástica com os interesses dos vários estamentos.⁵ A estratificação religiosa não era diferente da secular nem apartava-se dela. O clero estava imiscuído nos vários estratos da sociedade, partilhando da mentalidade comum aos vários estamentos. Partilhando, portanto, de suas fraquezas e em certo sentido também de sua ignorância doutrinária e de sua plasticidade.

4. A Dinâmica da Nova Sociedade

O estudo da dinâmica da sociedade colonial propõe, em primeiro plano, a análise daquilo que Lucien Febvre denominou o equipamento mental "... inventariar primeiro em seu detalhe e depois recompor, para a época estudada, o material mental de que dispunham os homens de certa época".⁶

Em primeiro lugar, portanto, os meios de expressão que o indivíduo recebe do grupo social de que provém e que serve de quadro à sua vida mental. Interessante, portanto, a análise de algumas atitudes mentais dos colonos que deixam entrever modificações. As idéias são transplantadas. Permanecem principalmente algumas, essas "prisões de longa duração" de que fala Braudel, e que

¹ INQUISIÇÃO DE LISBOA. ANTT, proc. n.º 13 957.

² "Confissões da Bahia (1618)". p. 360-61.

³ INQUISIÇÃO DE LISBOA. ANTT, proc. n.º 11 133.

⁴ *Id.* proc. n.º 5 206.

⁵ Exceção feita à Companhia de Jesus na sua política indigenista.

⁶ "Combats pour l'histoire".